



HOW TO DO THINGS WITH WORDS?: UM TRAVELLING SOBRE A PRÁTICA DISCURSIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE ENVOLVIMENTO-BID NOS ANOS 2000*

HOW TO DO THINGS WITH WORDS?: A TRAVELLING ON THE DISCURSIVE PRACTICE OF THE INTERAMERICAN BANK OF DEVELOPMENT IN THE YEARS 2000

George Alex da Guia

George Alex da Guia é arquiteto e urbanista, doutor em planejamento e projeto urbano pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília-UnB

Resumo

O objetivo do artigo é debater o papel social que a linguagem assume na financeirização da economia e da existência. Tem como método a análise crítica do discurso a partir do uso de técnicas de linguística quantitativa dos relatórios anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. O corpus utilizado são os relatórios anuais do BID publicados na primeira década dos anos 2000. A escolha deste recorte temporal relaciona-se com o processo de disciplinamento imputado ao Banco pelo Tesouro estadunidense, nas décadas anteriores, e as crescentes crises fiscais dos países latino-americanos, o que deslocou o discurso do BID em direção às lógicas da financeirização dos bancos comerciais e mais distante da sua condição inicial de agência de desenvolvimento. O artigo está dividido em 4 partes, incluindo introdução, sendo o primeiro debate sobre a dimensão pragmática da linguagem, conceito desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX retomado na contemporaneidade para compreender as lógicas de financeirização. Na sequência apresenta alguns resultados da análise quantitativa onde se desvela a trajetória de algumas palavras-chave observadas no conjunto de relatórios anuais do BID, que revelam mudanças e transições da prática discursiva do Banco. Por fim, as conclusões e referências bibliográficas. **Palavras-chave:** Mário de Andrade; Modernismo; Modernidade; A dor humana.

Palavras-chave: Financeirização; Poder; Análise crítica do discurso; Banco Interamericano de Desenvolvimento; América Latina e Caribe.

Abstract

This paper aims to discuss the role of language have had on the financialization of the real economy and everyday life. The method is the critical analysis of the discourse by linguistic quantitative techniques applied on the annual report of the InterAmerican Development Bank-IADB released in the first decade of the 2000s that is related to the taming process imputed to the Bank by US Treasury on the late 1980s. Also, this discussion is related to the growing fiscal crisis in Latin American and the Caribbean countries, which disrupted the IADB's discourse towards the logic of financialization of commercial banks and further away from its initial status as a development agency. The paper is organized in 4 parts, being the first an introduction, followed by a debate on the pragmatic dimension of language, a concept developed during the second half of the twentieth century, and that taken up in contemporary times to understand the logic of financialization. In the sequence, the paper shows the results of the quantitative analysis that explore the trajectory of some keywords on the IADB annual report corpus where reveals changes and transitions of the discursive practice of the Bank. Finally, the conclusion and bibliographical references.

Keywords: Financialization; Power; Critical Discourse Analysis; InterAmerican Development Bank; Latin America and the Caribbean.

* Texto baseado nos resultados da tese de doutorado intitulada "Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural latino-americano" disponível no seguinte link: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32254>.

hA subida dramática do índice Dow Jones e a velocidade da Internet convocou todos nós para vivermos permanentemente no futuro, no brilho utópico do cyber capital, porque lá não há memória e é aí que os mercados são sem controle e o investimento não tem limite.

Don DeLillo

INTRODUÇÃO

Na adaptação cinematográfica do romance de Don DeLillo, *Cosmópolis*, o jovem bilionário Erick Parker transita pelo distrito financeiro de Wall Street, lidando com a crise financeira que derrubou as bolsas de valores e parte do seu império. Ao longo do seu trajeto, personagens fugazes e instáveis entram e saem da limusine, cujas cenas são marcadas pela sensação constante de jogatina. No filme de Cronenberg, a repetição de cenas e personagens induz o espectador a gerir a ansiedade para entrar em contato com o cada vez mais opaco Erick Parker em meio a uma crescente volatilidade das bolsas de valores, a incerteza sobre a reação dos mercados de Londres e Hong Kong, seus dilemas existenciais e os diálogos entremeados de códigos do mercado financeiro. Se o desastre financeiro e pessoal de Parker, no filme *Cosmópolis*, é uma metáfora dos tempos atuais, os termos financeiros utilizados no filme tais como *accrual*, *swapt*, *derivatives*, *bonds* e *stock* passaram, com certeza, a partir de 2007/2008, a fazer parte de conversas nas salas de estar das famílias, nos bares, escolas dentre outros espaços de interação.

As percepções aqui apresentadas evidenciam a crescente importância e complexidade do mundo financeiro na compreensão dos dilemas e dos desafios da contemporaneidade. É evidente que a última crise do sistema capitalista com repercussão cada vez mais global encontra no financiamento das políticas públicas de desenvolvimento um espaço diferenciado de análise. Nesta perspectiva consideramos que, na arquitetura financeira desenhada no pós Segunda Guerra Mundial, os bancos multilaterais de desenvolvimento não são apenas agentes financeiros, mas também atuam na dimensão política e intelectual devido a sua excepcional condição de emprestador, formulador, produtor e veiculador de ideias sobre “o que, como, quem deve fazer e para quem” no que se refere aos programas de desenvolvimento capitalista. A análise do discurso dos bancos multilaterais se apresenta como uma forma diferenciada para se entender a geografia e tipologia dos investimentos no território, ainda mais quando se considera que a linguagem assume um novo papel da

nos instrumentos financeiros, particularmente os derivativos, um dos principais meios de interpretação desta nova fase do capitalismo enquanto projeto civilizatório¹. A partir dessas inferências, este artigo se propõe a apresentar breve análise como um *travelling*- recurso cinematográfico utilizado em algumas cenas do filme *Cosmópolis*- que nos permitirá percorrer a paisagem discursiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID na primeira década dos anos 2000. A escolha deste recorte temporal relaciona-se com o processo de ‘disciplinamento’ imputado ao Banco pelo Tesouro estadunidense, nas décadas anteriores, e as crescentes crises fiscais dos países latino-americanos. Em outras palavras, esse período representa o ponto de inflexão, de mudança em seu discurso em direção às lógicas da financeirização dos bancos comerciais e mais distante da sua condição inicial de agência de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é debater, em breves linhas, o papel social que a linguagem, e, por conseguinte, o discurso assume na cada vez mais aprofundada financeirização da economia e da existência, a partir da análise linguística quantitativa dos relatórios anuais do BID. O artigo está dividido em 4 partes, incluída esta introdução. O primeiro debate sobre a dimensão pragmática da linguagem, conceito desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX por autores como John L. Austin, Raymond Williams, Michel Foucault e, retomado na contemporaneidade para compreender as lógicas de financeirização, por autores como Arjun Appadurai. Na sequência apresenta alguns resultados da análise quantitativa onde se desvela a trajetória de algumas palavras-chave observadas no conjunto de relatórios anuais do BID, que revelam mudanças e transições da prática discursiva do Banco. Por fim, as conclusões e referências bibliográficas.

A PERFORMANCE NO/DO DISCURSO

Desde o início dos anos 2000, os primeiros sinais da crise financeira puderam ser observados nos subúrbios de diversas cidades norte-americanas, em especial aqueles habitados por populações negras e brancas pertencentes ao estrato social de média baixa renda. Mas foi em 2007 que a cadeia de promessas de compra e venda de riscos quebrou e o moderno caos do capitalismo assolou as ruas e écrans das bolsas de valores de Nova Iorque e Londres. Os sinais de crise atravessaram as fronteiras geográficas e político-administrativas e, como uma reação em cadeia, o mundo passa a perceber a

1
Sobre este aspecto sugiro a leitura do livro *Banking on Words* de Arjun Appadurai, publicado em 2016.

profundidade e a capilaridade da globalização do capital financeiro e digital. Neste contexto, a interação entre tecnologia e capital atrelada à urbanização do capitalismo estabeleceram, de forma gradual e implacável, a convivência do ordinário com a linguagem codificada do mercado financeiro- qualquer um pode ser um investidor- onde a lógica de um jogo de pôquer passa a pautar o cotidiano de milhões de pessoas.

Para dar conta desta complexidade, o antropólogo Arjun Appadurai (2016) resgata a dimensão performática da linguagem como forma e medida para se compreender os rumos da vida social dos títulos de crédito e dos produtos financeiros desenvolvidos a partir das promessas de compra e venda. Para o autor, a crescente alienação sobre os valores de produção e, por conseguinte, hiperabstração, reintroduziram à linguagem um novo poder social exercido na arquitetura financeira atual. Em outras palavras, os contratos baseados na promessa de compra e venda, conhecidos como derivativos nada mais são produtos linguísticos que se estruturam a partir de uma cadeia de compra dos riscos baseados em uma referência construída a partir de recursos linguísticos, cuja condição de verdade pode ser um contrato de hipoteca, títulos do mercado de futuros de produtos agrícolas de algum país do Caribe negociados em Chicago, São Francisco ou Manila ou apenas a confiança no marketing e tradição da instituição financeira que os vendem. A linguagem e, por conseguinte, o discurso passa a ter um novo significado e poder, desempenhando importante papel no processo de financeirização das economias por meio da transformação de “ativos” em “derivativos” a partir dos quais as garantias e os valores são essencialmente linguísticos.

É certo observar que Appadurai (2016), ao assumir o sentido pragmático da linguagem resgata os entendimentos construídos por John Langshaw Austin que introduz no campo da filosofia da linguagem, a noção dos atos de fala como atos performativos. De uma maneira geral, o ato de fala, ou mesmo o próprio uso da linguagem não apenas representa, mas também se transforma em ação, performatiza, faz as coisas serem realizadas. Para Austin (1990 [1962]), o texto ao ser reconhecido na situação que o envolve não tem que dizer sobre aquilo que é falso ou verdadeiro, dado que ele está lá para ‘fazer’ algo, uma ação, uma performance, o que abre a possibilidade de diferentes interpretações. Por esse motivo, compreendemos que a contribuição de J.L. Austin foi a de tratar a linguagem como um mecanismo de interferir no real, produzi-lo, deslocando a linguagem da sua condição de simples condição de descrição da realidade. Para Filho (1990), este entendimento considera que não há mais separação radical entre

linguagem e mundo, porque o que consideramos como realidade é constituído pela linguagem que adquirimos e empregamos (1990, p.10).

Na esteira das contribuições de Austin, Foucault explorou a dimensão performática da linguagem a partir da reflexão sobre as práticas discursivas nas quais se estabelecem mecanismos de poder que circunscrevem elementos discursivos e não discursivos às práticas sociais historicamente determinadas. Apartir da abordagem de enunciados performáticos Foucault (1972) considerou que o discurso é uma prática de sequência e sucessão que, sistematicamente, não fala sobre o objeto, não o identifica, nem o descreve dado que o constitui como tal e, ao fazê-lo, esconde sua própria invenção (1972, p.49). Sob essa condição, práticas discursivas são instrumentos e efeitos de poder uma vez que tomam forma em ações técnicas, instituições, esquemas comportamentais, em tipos de transmissão e disseminação, em pedagogias que as impõem e mantêm (Foucault, 1984, p.12). O discurso, na visão foucaultiana, é, em algum dado momento, meio de tradução das lutas ou sistemas de dominação, “aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (...)” (Foucault, 1971, p. 3).

Em linhas gerais, as contribuições acima relatadas geram também consequências que nos auxiliaram a entender como, a partir da leitura de Appadurai, os derivativos podem ser considerados como produtos linguísticos dado que o conceito de verdade é substituído pelo conceito de eficácia do ato de fala, ou como destaca J.L. Austin, para a concepção de felicidade, que fica submetido às condições de sucesso de expressão e comunicação.

Nesse mecanismo de se pensar a linguagem instituída por Austin(1990[1962], Foucault (1971,1972) dentre outros e resgatada por Appadurai (2016), a análise do discurso, ou melhor das relações de força entre termos em sua dimensão histórica e da forma como a linguagem é usada e do seu contexto, nos leva à compreensão de que à medida que avança a dispersão geográfica das corporações multinacionais acompanhada pela expansão digital cada vez maior do desenvolvimento capitalista sobre os territórios, a complexidade adquirida pela gestão dos processos de produção de espaços e bens no novo sistema financeiro global estaria sendo condicionada, cada vez mais, a uma centralização não apenas das funções de comando, mas também do **controle sobre a produção dos discursos.**

Sem dúvida, a partir do debate acima proposto, entendemos que seja motivo suficiente para a análise dos discursos de instituições financeiras, em especial aquelas multilaterais como é o caso do BID. Se as condições do uso das palavras e

suas correlações definem significados, intenções e valores corporativos de ação sobre o território, examinar a sua incidência, intensidade e relações internas é fundamental para se compreender a dinâmica da prática discursiva, os motivos pelos quais algumas assumiram protagonismo e outras foram excluídos do discurso ou sequer foram percebidos como relevantes para que pudesse ser aplicado aos projetos de empréstimo para o desenvolvimento de países latino-americanos. A partir deste entendimento que convidamos você a percorrer um *travelling* que se desloca para descrever a trajetória do BID, permitindo captar as mudanças institucionais e de discurso que se mescla e se confunde com a história recente do desenvolvimento na região.

TRAVELLING FRONTAL: A PAISAGEM DISCURSIVA DO BID NOS ANOS 2000

Fruto de um processo histórico iniciado na segunda metade dos anos 1800, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID foi criado em 1959 como uma resposta às demandas dos países latino-americanos por maior acesso ao sistema de crédito voltado para o financiamento do desenvolvimento desenhado em *Bretton Woods*. O Banco também foi considerado como uma resposta do governo estadunidense à crescente presença do “bloco socialista” e suas aspirações diferenciadas de desenvolvimento na região e, por isso, foi estruturado inicialmente com missão mais social, se comparado ao Banco Mundial, em virtude da existência, além da modalidade tradicional de empréstimo, do *soft loan*, o qual por meio dos generosos recursos liberados pela Secretaria do Tesouro estadunidense, irrigava Fundo de Operações Especiais-FOE com dinheiro mais barato e, por vezes, doado aos países mais pobres da região. Os projetos financiados pelo FOE, em geral, eram orientados para o financiamento de políticas de habitação, saneamento, turismo e educação.

Somente nos anos 1970 que o Banco passou a enfatizar, em sua carteira de empréstimos, projetos típicos do portfólio do Banco Mundial, como hidrelétricas, indústrias, atividades de exploração mineral e mecanização da agricultura e, em 1986, em virtude das condicionantes impostas pelo

Tesouro estadunidense para a reposição de capital, criou corporação dedicada ao fomento do setor privado análoga ao modelo adotado pelo Banco Mundial². No final dos anos 1980, como resultado do processo de disciplinamento foi realizada a sétima Reposição de capital do Banco com ampliação do volume de recursos para o FOE no valor de USD\$200 milhões, articulada a uma reestruturação do Banco, com estabelecimento de novas diretrizes para sua política operacional, aproximando-o do *modus operandi* e do sistema de valores do Banco Mundial. Deste processo, destacamos cinco diretrizes relativas à adequação dos projetos de empréstimo ao valor da “eficiência econômica” nas operações do Banco (cooperação técnica e empréstimo): i) a ampliação do quadro técnico, em especial para o setor de meio ambiente e conservação dos recursos naturais; ii) fortalecimento da mulher como agente do desenvolvimento; iii) priorização, nas cooperações técnicas, de estudos de pré-investimento; iv) melhoria dos ciclos de projeto; e v) desenvolvimento institucional dos tomadores de empréstimo³. A *retórica do ajuste*, se pudermos assim defini-la, adotou a agenda da reforma financeira, a promoção do setor privado na economia e a modernização do setor público. Esta *retórica* tem materialidade expressa na sequência de empréstimos utilizados para a privatização, como, por exemplo, a empresa pública TELMEX e a melhoria da competitividade da indústria automobilística mexicana, ou a modernização do sistema financeiro e modernização das empresas públicas na Venezuela e, no caso da América Central e Caribe, a reforma do setor agrícola realizada em países como Jamaica e Honduras.

No ano de 1995, a Assembléia de Governadores (*Board of Governors*) aprovou nova estrutura institucional do Banco, que, a partir de então, passa a se denominar Grupo BID, composto pelo Banco, pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social e Econômico-IDSE e pela Corporação Interamericana de Investimento-CII. O IDSE tem como missão atuar na produção de conhecimento acerca de desenvolvimento econômico, social, infraestrutura, mudanças climáticas e integração comercial nas áreas de desenvolvimento institucional, do setor financeiro e formação de quadro técnico nos governos locais, nos bancos sub-regionais de desenvolvimento e no próprio Banco. Já a CII é uma organização multilateral sediada em Washington, cuja missão é oferecer apoio para o setor privado e empresas públicas sobre formas de financiamento (operações

3

O Banco passou a implementar, nos anos seguintes à reforma institucional, diversas medidas para atender as novas diretrizes estabelecidas pelo grupo de Diretores. No ano de 1993, criou o Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN) voltado para o desenvolvimento do setor privado na economia melhorando o ambiente de negócios, treinamento da força de trabalho e fortalecendo pequenas e médias empresas. No mesmo ano, o Banco criou o Grupo de Políticas Sociais com o objetivo de colaborar com os departamentos na formulação de estratégias de desenvolvimento social, baseada na tomada de decisão de focalização dos investimentos como educação, saúde, desenvolvimento urbano, emprego e recursos humanos articuladas com as estratégias de reforma econômica e financeiro em curso.

4

Neste mesmo processo de reestruturação, foram definidas como linhas prioritárias de investimento a redução da pobreza, melhoria da infraestrutura, melhoria do setor privado, proteção do meio ambiente e criados novos departamentos na estrutura organizacional do Banco para dar conta deste novo formato.

2 Na economia política interna ao Banco, as Reposições de Capital, a partir dos anos 1970, permite a construção de uma narrativa sobre os processos de transformação das direções e sentidos de sua política de financiamento, mecanismos e exigências de garantias e reformas. Nos capítulos 1,2 da tese de doutorado deste autor foi explorada estas mudanças e transições no campo das práticas discursivas do Banco.

A classificação AAA é considerada, pelas agências de classificação de risco do crédito, como a 'nota' mais alta possível a ser atribuída a um mutuário, demonstrando um excepcional grau de credibilidade em virtude de sua capacidade de pagamento e de cumprir com os compromissos acordados nas operações de crédito. Agências de classificação de risco como *Standard & Poor's* (S&P) e *Fitch Ratings* utilizam a AAA para identificar títulos que circulem no mercado financeiro - independente de sua origem (público ou privado) - como sendo aqueles com a maior qualidade de crédito, enquanto Moody's usa o AAA como classificação de crédito superior. Em resumo, uma classificação de títulos é uma nota dada aos títulos como forma de informar ao mercado sua qualidade de crédito, podendo ser aplicada a países, cidades, corporações nacionais e transnacionais.

de empréstimo, investimentos em capital próprio [*equity investment*] e contratos de compra e venda)⁴. O Banco, pós processo de disciplinamento, assumiu um formato institucional mais próximo ao observado no Banco Mundial, unindo, em uma mesma instituição financeira multilateral estruturas organizacionais que podem torná-lo ainda mais proeminente na América Latina e Caribe, ampliando sua capacidade de financiar projetos hegemônicos de desenvolvimento. Este poderio, retomando a relação entre discurso e poder baseada na contribuição de Foucault e suas tecnologias do poder/conhecimento, é, sob nosso ponto de vista, uma dramática mudança no uso do discurso e da estratégia política que assume antigas e novas práticas discursivas que mesclam “desenvolvimento” e “banco de investimento” como forma de, por um lado, legitimar as ações junto aos governos nacionais e locais e; de outro, garantir +AAA⁵ junto às agências de classificação de risco (*risks rating*) e, com isso, garantir a captura de recursos nos mercados financeiros internacionais.

Para compreender este quebra-cabeças cujas peças iniciais foram postas à mesa com esta breve incursão histórica do BID, sugerimos uma incursão à prática discursiva do Banco nos anos 2000 e os eventos que a consolidaram de forma cada vez mais abstrata cuja trajetória, desde 2008, não é previsível em nenhum sentido porque, cada vez mais se baseia na especulação de novos produtos.

A paisagem discursiva do BID nos anos 2000

No filme *Cosmópolis*, os diálogos travados com Erick Parker tornam-se cada vez mais opacos, o que nos aproxima das tendências do discurso do BID observados a partir dos anos 2000. Há nesta opacidade fendas comuns ao avanço do neoliberalismo e das novas agendas de empréstimo internacional, cada vez mais pautada por fortes intervenções no modo de fazer política pública dos países tomadores

de empréstimo. Com isto, iniciamos nosso percurso em dezembro de 1994, período pelo qual o governo mexicano declarou moratória e se viu diante de uma elevada fuga do capital internacional do país, fruto de uma das maiores crises econômicas da década de 1990. Em seu relatório anual de 1995, o Banco descreve a situação da seguinte forma:

In response to the growing crisis, the international financial community dramatically increased the financial support available to Mexico, so that the country's short-term debt could be honored even if private investors refused to roll it over. This alone was insufficient to calm markets, but in early March both Mexico and Argentina announced redoubled efforts to adjust their economies to the reduced availability of foreign capital, including in particular very strong fiscal contractions. These programs were favorably received, and the panic gradually subsided (...). In Argentina, on the other hand, recent news is more positive, as domestic interest rates have fallen, demand for domestic deposits has risen toward pre-crisis levels, and the nonfinancial economy shows signs of recovery. (...)

The end of the panic set the stage for an orderly adjustment, but did not make the adjustment painless.⁶ (BID, 1995, p. 4-5)

A narrativa sobre a crise do México e o “efeito Tequila” demonstra transformação do léxico do ajuste e disciplinamento dos anos anteriores. Verbos são utilizados para indicar a ação a ser feita (ampliar, acalmar, recusar, ajustar, anunciar e deteriorar), enquanto o uso de advérbio (dramaticamente) e adjetivos (pânico, ordenado, indolor) estabelecem um novo momento na forma de se lidar com o crescente uso do substantivo crise a partir dos anos 1970 nos relatórios anuais. Substantivos como déficit e risco assumem protagonismo na narrativa dos colapsos do desenvolvimento capitalista pós-Segunda Guerra.

A prática discursiva do Banco, no período de 2000 a 2010, é dominada por vocabulário que transfere a dimensão discursiva de uma ação de reestruturação da política operacional do financiamento do desenvolvimento sobre um modelo de mercado com efeitos claros na elaboração de programas e

6 No original em inglês: “Como resposta à crescente crise, a comunidade financeira internacional ampliou dramaticamente a disponibilidade de apoio financeiro para o México, de forma que a dívida de curto prazo do país pudesse ser honrada, mesmo que os investidores privados se recusassem a revertê-la. Apenas isso não foi suficiente para acalmar os mercados, mas, no início de março, o México e a Argentina anunciaram o reforço nos esforços para ajustar suas economias à menor disponibilidade de capital estrangeiro, incluindo, em particular, ajustes fiscais muito fortes. Esses programas foram favoravelmente recebidos, e o pânico diminuiu gradualmente(...). Nos últimos meses do ano, a situação econômica deteriorou-se no México, à medida que as taxas de juros aumentaram e a taxa de câmbio se depreciou (...). Por outro lado, na Argentina, as notícias recentes são mais positivas, à medida que as taxas de juros domésticos caíram, a demanda por depósitos domésticos aumentou os níveis de pré-crise e a economia não-financeira mostra sinais de recuperação.

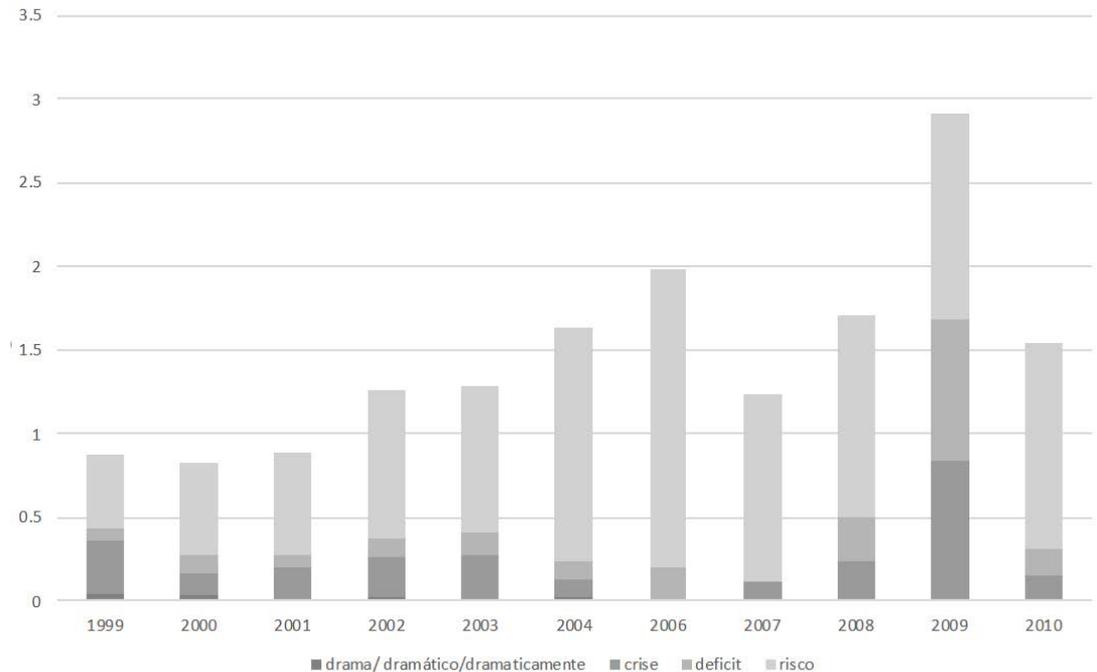
O fim do pânico preparou o cenário para um ajuste ordenado, mas não fez o ajuste de forma indolor. O México caiu em uma recessão profunda, com o produto real declinando cerca de 7%, e o consumo e o investimento diminuindo ainda mais”.

projetos de desenvolvimento. O léxico do Banco amplia-se, incorpora termos como drama, medo, pânico e dor para expressar não apenas o cenário das crises do desenvolvimento capitalista, como

também para qualificar a “dosimetria do remédio” para lidar com os sintomas desse processo⁷. Transformações semânticas e dos padrões gramaticais revelam novos sentidos, agentes e

7
Nos anos de 1994 a 2000, os termos medo, pânico e dor (doloroso) aparecem nas narrativas sobre a sequência de crises financeiras.

Gráfico 1.1. A trajetória da “crise” no discurso do Banco



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios anuais do BID (1999-2010).

objetos para o desenvolvimento capitalista a ser financiado na América Latina.

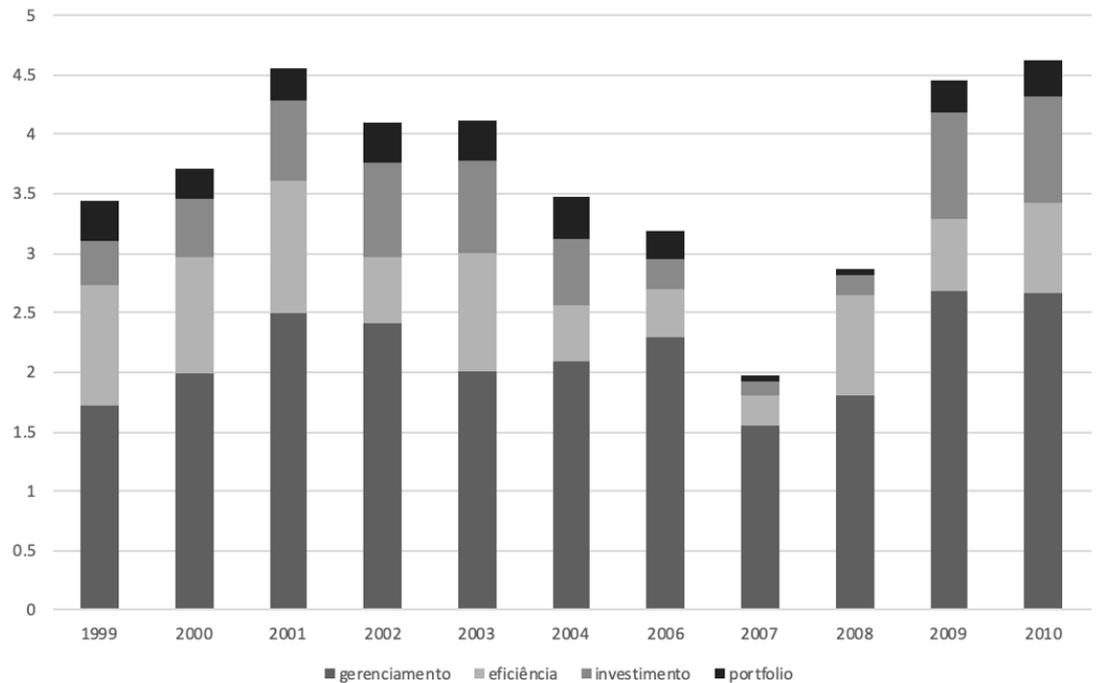
Podemos dizer que há o surgimento de três conglomerados semânticos que se colocam como palavras-chave para a prática discursiva do BID, são ele o conglomerado do termo *financeiro*, *gerenciamento* e uma nova agenda de *investimentos sociais*. O primeiro se relaciona com finanças: seguido por adjetivos previsíveis (financeiro, econômico) e substantivos (projeto, banco, programa), encontramos termos como valor justo, desenvolvimento, portfólio, derivativos, apropriação de receitas (*accrual*), *swap*, fluxo de caixa, juros, investimentos e *outstanding*⁸. Este *cluster* semântico surge com a “explosão”, em termos de frequência, do substantivo financiamento nos relatórios anuais do Banco.

O segundo conglomerado é capitaneado pelo substantivo gerenciamento — que, em termos

relativos, está entre os 20 mais frequentes (menor que projeto, social e maior que riscos, investimentos e portfólio). No conglomerado “gerenciamento” orbitam termos como investimento, informação, qualidade, inovação, pobreza/pobre, análise, financeiro, banco, programa e verbos como gerenciar e promover. No mundo do “gerenciamento”, avaliação, responsabilidade e reformas acompanham termos como social, modernização e programas. Podemos afirmar que a prática discursiva ganhou novas tinturas com um léxico ampliado e cada vez mais abstrato. Indicadores, instrumentos de gestão, competitividade, estratégias e uma miríade de termos passaram a compor os relatórios do Banco, expressando valores para as políticas de desenvolvimento nacionais e subnacionais. O gráfico 1.2 ilustra a escalada dos termos relacionados ao gerenciamento e eficiência e o comportamento errático de termos como

8 Nas décadas anteriores, não foi observada a forte correlação entre os termos desenvolvimento e financeiro, bem como a profusão dos termos programa e projeto como um ‘mantra’ organizacional. Pode-se afirmar que a profusão destes termos representa as sucessivas reformas implementadas pelo Banco em sua reestruturação e, por consequência, mudanças na sua política de empréstimos e cooperações técnicas.

Gráfico 1.2- Gerenciamento e seu novo léxico no BID



Fonte: Elaboração do autor a partir de relatórios anuais do BID (1999-2010).

9 investimento e portfólio.

No original em inglês: *“The Forum was attended by 400 persons, including ministers from the economic and social sectors, other government officials, representatives from international institutions, as well as a wide cross-section of leaders from trade unions, religious bodies, academia and nongovernmental organizations. The causes of poverty and the role of education, population, governance and structural adjustment were among the topics discussed by participants. Their reflections, contributions and conclusions were jointly published by the IDB and the UNDP in a book entitled Reforma Social y Pobreza.”*

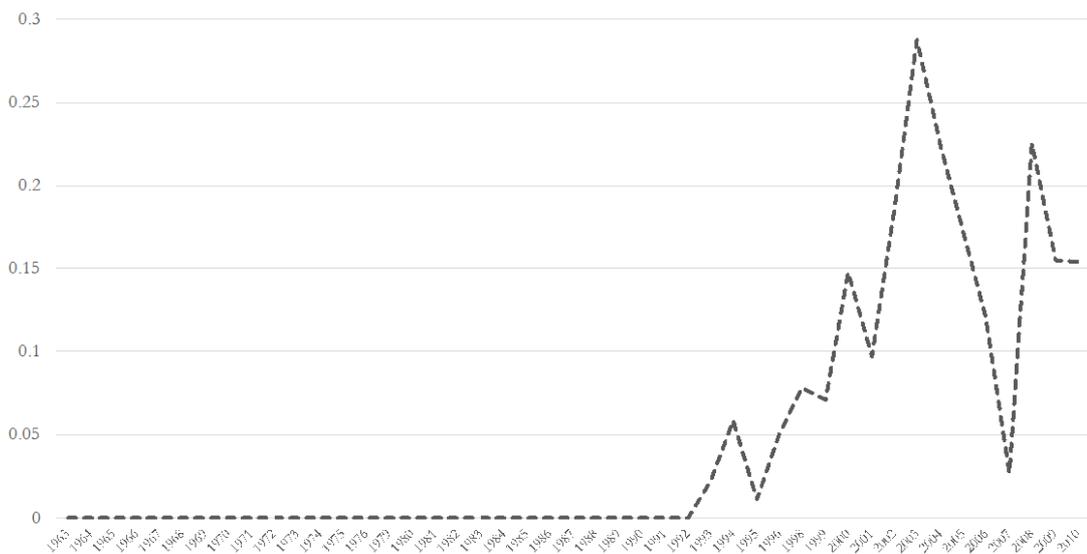
Com o nono incremento de recursos ocorrido em 2008, o Banco empreendeu novas mudanças em seu desenho institucional, aprofundando a reestruturação iniciada em 1994 e incorporando a agenda mais ampla e complexa, que engloba, os campos da economia urbana, temáticas sociais e de desenho institucional. Essa agenda compõem-se de: i) estratégias de desenvolvimento regional, num quadro de inserção competitiva e integração internacional (*competitive regional and global interation and integration*); ii) políticas de inclusão social e de combate à pobreza (*social policy for equity and productivity*); iv) dotação de infraestrutura para a competitividade e o bem-estar social, com reabilitação de favelas, melhoria no saneamento, transportes e logística (*infrastructure for competitiveness and social welfare*); iii) reforma do Estado dentro da concepção de governança (*governance*) e iv) proteção do meio ambiente à luz das mudanças climáticas (*Protect the environment, respond to climate change, promote renewable energy, and ensure food security*). Ao mesmo tempo, o Banco fortalece a prática discursiva do *disclosure* com o estabelecimento de novos critérios e ações para o campo da transparência, desempenho e *accountability*.

Nesse contexto, o termo governança apresenta

comportamento similar ao observado nos estudos de Moretti & Pestre (2015) para o Banco Mundial. Praticamente inexistente nas primeiras três (3) décadas, o termo aparece pela primeira vez no relatório anual de 1993 relacionado ao Fórum promovido pelo Banco e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, intitulado Fórum sobre Reforma Social e Pobreza, em uma sentença que trata dos temas do encontro — “As causas da pobreza e o papel da educação, população (no sentido demográfico), governança e ajustes estruturais estão entre os tópicos discutidos pelos participantes.” (BID, 1993, p. 34). Apesar do aumento da frequência nos anos subsequentes, apenas no relatório anual de 1995 que se pode observar a recorrência desse termo na prática discursiva do Banco, orbitando em uma sentença repleta de termos relacionados ao conglomerado de gerenciamento,

Para lidar com estes desafios, os jovens da América Latina terão que se preparar para competir eficazmente no mercado internacional— através da aquisição das competências que lhes permitam participar das revoluções tecnológicas e de comunicações, proteger arduamente ganhos na governança democrática por meio da participação política mais ampla e trabalho— para ajudar a resolver os problemas sociais agudos que afligem suas comunidades. (BID, 1995, p. 36).

Gráfico 1.4- A escalada do termo governança



Fonte: Elaboração do autor a partir de relatórios anuais do BID (1960-2010).

Seguindo essa tendência, o substantivo reforma, que apareceu pela primeira vez nos relatórios em 1961, ampliou sua frequência em 1977 e, nos anos 1990, e explodiu, junto com o termo avaliação, em termos de frequência. Termos como educação, nacional, programa, modernização, processos (s) e instrumento (s) compõem a galáxia desse termo.

Podemos afirmar que, nos anos 2000, o Banco consolidou sua estratégia de reinserção na geopolítica financeira global a partir de sucessivas reestruturações e alterações na política operacional, pautadas pelos incrementos de capital e pelas condicionantes impostas pelos países com maior poder de voto, em especial Estados Unidos. Merece destaque a estratégia relacionada no reposicionamento geográfico de seus escritórios de representação que passaram a atender a quase todos os países da região. Essa “dispersão geográfica” permitiu maior proximidade dos especialistas ao cotidiano de formulação de políticas públicas dos governos nacionais e locais e maior capacidade de influenciar e ser influenciado na construção de consensos em torno do financiamento dos projetos de desenvolvimento.

Desta forma, o grupo BID, assume novos papéis, complexificando, assim, sua prática discursiva, dado que passa a atuar, tal como Goldman (2005) observou processo semelhante em curso no Banco Mundial no início da década de 1990, na: i) coleta de dados; ii) produção de conhecimento científico e iii) disseminação de conhecimento, valores e práticas. Como coletor de dados, o Banco, com seu reposicionamento geográfico e estratégico, acessa informações que vão desde estudos técnicos, macroeconômicos, desenhos iniciais de políticas

públicas até orçamentos governamentais e dados econômicos específicos. O redesenho institucional, a ampliação do quadro de especialistas e a criação do IDSE permitem um acesso privilegiado às informações e colocam os economistas do Banco em uma situação vantajosa em relação aos pesquisadores não bancários, em virtude da capacidade limitada de acesso aos dados, muitas vezes de difícil acesso, e também da posição desvantajosa de elaborar, replicar ou até refutar métodos e diretrizes de políticas públicas editadas pelo Banco.

No que se refere à condição do Banco como produtor de conhecimento científico, e quase como consequência do “processo de coleta”, a nova estrutura organizacional do Banco (IDSE, setor de pesquisas e elevada capacidade de contratação de consultorias) também o posiciona com larga vantagem comparativa em relação aos países latino-americanos, em especial, aqueles de menor porte territorial e econômico. O Banco, em seus documentos e termos de referência para contratos de empréstimo, insere o item “vantagem comparativa do BID”, especificando sua capacidade financeira vantajosa de oferecer “dinheiro mais barato” e com boas opções de pagamento e associando a este dinheiro a sua “marca”, o que denominaremos nesta tese de *BID brand*, que associa, em termos discursivos logo simbólicos, competência técnica, racionalidade econômica e preocupação socioambiental. Tal estratégia é articulada por sua atividade na disseminação dos resultados da pesquisa e das estratégias de desenvolvimento estabelecidas em consenso com os governos nacionais e locais. Nas pesquisas acadêmicas acerca de desenvolvimento e todos os temas a ele associados para a América Latina e

A sentença “melhor Banco” foi retirada do enunciado da campanha realizada pelo BID para comunicar sua agenda de reformas institucionais implementadas no ano de 2009. O enunciado utilizado pelo Banco é, em inglês, “Better Bank - The IDB Reform Agenda”.

Caribe, o Banco mais uma vez assume vantagem comparativa em relação aos governos e instituições de pesquisa. As publicações do BID sobre desenvolvimento são consideravelmente mais citadas, como, por exemplo, aquelas desenvolvidas em grandes universidades brasileiras, e as bases de dados do Banco, parte disponível em seu sítio eletrônico, são utilizadas, junto com a robusta base de dados e publicações do Banco Mundial, como referências essenciais em pesquisas das mais diversas áreas. Outra tecnologia de poder utilizada pelo Banco são os seminários, oficinas de trabalho (workshops), reuniões técnicas, encontros anuais dos Diretores do Banco sobre os mais diversos temas, geralmente organizados em países eleitos, na cidade de Washington, D.C., como estratégicos, seja pela sua ampliação no volume de empréstimos, seja pela possibilidade de concretização de cooperações técnicas para estudos de pré-investimento. Em resumo, o Banco circula amplamente com fluxos de capital monetário e simbólico, aqui materializado em sua múltipla prática discursiva, e tornou-se uma ferramenta de referência na elaboração e discussão de políticas públicas; mais especificamente, estabelece e/ou consolida sistema de valores sobre o desenvolvimento baseado em racionalidades técnicas, cada vez mais abstratas.

Enquanto o Banco, em suas primeiras décadas, se intitulava como “empresa cooperativa” (BID,1975) ou “mais que um banco” (BID,1960), a partir dos anos 1990, apesar da forte presença política de alguns países tomadores de empréstimo, o que se constata é a rearticulação de sua prática discursiva em direção a novos sentidos para o termo desenvolvimento e, por consequência, os programas e projetos a ele relacionados. A missão de “acelerar o processo de desenvolvimento” reaparece como a missão da Corporação Interamericana de Investimentos, parte do grupo BID. Ironicamente, no ano de 2001, o Banco publicou um relatório especial referente aos seus quarenta anos, usando, de forma um tanto saudosista, título que retomava a expressão de Felipe Herrera — mais que um banco. Porém, em 2009, sob os efeitos da crise financeira, dos desdobramentos do processo de disciplinamento materializados em sua prática discursiva e contexto de reestruturação institucional, o lema de Herrera cedeu lugar a uma nova e clara mensagem: *um Banco melhor!*¹⁰

WE NEED A HAIR CUT: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ironicamente, a adaptação cinematográfica do livro de Don de Lillo termina em um impasse. A incidência e aprofundamento de uma realidade social marcada por crises do sistema capitalista constantes e cada vez menos espaçadas em

termos geográficos e temporais, reposicionou e transformou o BID no sentido de o recolocar no mundo financeiro e reforçar e desvelar cada vez mais o seu papel de promotor da agenda afirmativa e hegemônica de desenvolvimento capitalista na América Latina e Caribe. O Banco assumiu como medida para financiar o desenvolvimento das economias latino-americanas a crescente preocupação nos riscos e incertezas dos investimentos — a trajetória deste termo associada aos demais termos dão conta desta afirmação. Mas não importa apenas saber se o BID transitou de “mais que um Banco” nos anos 1960, para encerrar a primeira década do século 21 como “um Banco melhor”. O que realmente merece destaque é o sentido de desenvolvimento e como seu significado opera diretamente sobre a gestão dos recursos públicos e privados. Trata-se sim dos inúmeros enunciados que enquadram o texto dos relatórios: “desenvolvimento multifacetado”, “desenvolvimento múltiplo da agricultura”, “estradas trazendo o desenvolvimento”, nos anos 1970, passando para “conectando mulheres com serviços de saúde e treinamento laboral”, “melhorando a governança”, “promovendo o desenvolvimento do setor privado”, “compartilhando conhecimento”, nos anos 2000.

Na atual prática discursiva do Banco, tudo evidentemente é construtivo, edificante e cada vez mais desfocado, haja vista o uso do gerúndio nos enunciados. A função dessa forma do verbo é conferir às sentenças uma ideia de continuidade, ou seja, de uma ação que ainda está em andamento, não finalizada, em outras palavras, privando a ação de qualquer contorno de fim. Observamos uma crescente espiral na percepção do tempo presente nos relatórios anuais do Banco, onde as políticas sempre estão em progresso, “amarradas” à ideia de crescimento e desenvolvimento econômico *ad infinitum*.

Ao fim e cabo, Erick Parker tem como meta final cortar o cabelo em meio a uma crise financeira ascendente. O caráter mecânico e um tanto que desumanizado dos diálogos do filme demonstra em que medida a prática discursiva está cada vez mais imbricada com a gramática e a tecnologia da linguagem do capitalismo financeiro e digital. Ao final, o impasse encerra a adaptação cinematográfica e reforça nosso argumento inicial de que a linguagem cria realidades e assume, na contemporaneidade digital e cada vez mais financeirizada, um novo poder social. Não se sabe se Parker morreu ou atirou em seu algoz ou se, simplesmente, foi terminar o corte de cabelo. Incertezas, impasses e riscos são bem-vindos à história recente do desenvolvimento capitalista, vista sob a perspectiva do seu financiamento internacional, na América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *A filosofia da linguagem de J. L. Austin*. In AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. p. 10.

APPADURAI, Arjun. *Banking on words: The Failure of Language in the Age of Derivative Finance*. Chicago: *The University of Chicago Press*, 2016.

DELILLO, Don. *Cosmópolis* (tradução de Paulo Henrique Britto). Companhia das Letras, São Paulo: 2003.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990 [1962].

FOUCAULT, Michel. Two Lectures. *Power / Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. Brighton: Harvester, 1980.

_____. *A Ordem do Discurso (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970)*. Éditions Gallimard, Paris, 1991.

MORETTI, Franco e PESTRE, Dominique. *Bankspeak: The Language of World Bank Report*. In *New Left Review*, número 92, março/abril. Londres, 2015.

GOLDMAN, Michael. *Imperial Nature: The World Bank and Struggles for Social Justice in the Age of Globalization*. New Haven e Londres: *Yale Press University*, 2010.

Corpus 1: Relatórios Anuais (versão em língua inglesa)

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Relatório Anual*. Washington, 1960.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 1975.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 1993

_____. *Relatório Anual*. Washington, 1995.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2000.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2001.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2002.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2003.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2004.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2005.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2006.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2007.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2009.

_____. *Relatório Anual*. Washington, 2010.